



**Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente –
CMDCA – 10 de fevereiro de 2022**

Local: Remotamente via WEBCONF

Data: 10 de fevereiro de 2022

Horário: 9h00

1 Aos dez dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, ocorreu, remotamente via WebConf, a
2 sessão plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Londrina – CMDCA.
3 A lista dos presentes encontra-se anexa e foi justificada a ausência da conselheira Giselle Correia
4 (Secretaria da Saúde). A reunião ordinária teve início com a saudação pela Presidente, que apresentou
5 a pauta para apreciação das Conselheiras e dos Conselheiros. 1) Aprovação da Pauta; 2) Apresentação
6 da Controladoria do Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e da Adolescente do 3º Quadrimestre
7 2021 e Parecer técnico. 3) Definição das Comissões e encaminhamentos para o início dos trabalhos; 4)
8 Data da Assembleia Extraordinária de Julgamento do Processo Administrativo Disciplinar instaurado
9 pela Comissão de Instrução nº 002, de 20/10/2021; 5) Ad referendum em janeiro – 001/2022 retifica
10 Plano Decenal. 6) Informes. Tendo sido aprovada, passou-se à discussão do segundo ponto, dedicado
11 à apresentação da Controladoria. Sr. Newton Tanimura, na posição de controlador do município,
12 apresentou o relatório de Gestão dos Direitos da Criança e da Adolescência que refletem os dados
13 oficiais extraídos da contabilidade do município seguindo metodologia estabelecida pela ABRINQ para
14 estimativa dos valores aplicados, sendo o valor fixado e atualizado totalizando R\$ 882.044.434,98
15 (oitocentos e oitenta e dois milhões, quarenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e
16 noventa e oito centavos) e apurou-se a aplicação de R\$ 818.954.729,90 (oitocentos e dezoito milhões,
17 novecentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e vinte e nove reais e noventa centavos) o que
18 corresponde a 92,85% (noventa e dois inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) do valor total
19 fixado para o exercício. No material apresentado, houve o detalhamento de 13 projetos da Secretaria
20 de Educação, concentrado em custeio de folha de pagamento, licença de computadores, educação
21 especial, educação infantil e administração; apresentado também 16 projetos vinculados à Secretaria
22 da Assistência Social; 14 projetos da Secretaria de Saúde, 3 projetos da Secretaria da Mulher voltado
23 à política para mulheres; 04 vinculados à Secretaria de Cultura; 2 projetos da Secretaria de Governo; 2
24 projetos da Procuradoria do Município; 5 projetos da Fundação de Esportes e por fim, 2 projetos da
25 Secretaria de Obras que não foram executados. Após apresentação, houve algumas considerações dos
26 conselheiros com sugestão de apresentar os valores distribuídos por eixos de aplicação e
27 apontamentos de correção de digitação no material apresentado. O Sr. Newton acolheu as sugestões
28 e comentou que nem tudo foi executado em razão do momento de pandemia ainda vivenciado por
29 todos. O Conselheiro Edvaldo Viana destaca que não daria para votar, pois destaca que deveria ser
30 enviado material para análise da comissão de fundos e posterior posicionamento da assembleia.
31 Notou-se que não falava em aprovação e sim apresentação. A mesa diretora acolheu o apontamento
32 de se destacar “aprovação” quando for o caso, bem como contar com a participação de representantes
33 de cada secretaria para facilitar a compreensão dos conteúdos. Sr. Newton destacou que não houve
34 reunião com a comissão de fundos, pois pediram para fazer apenas se tivessem dúvidas. Foi proposta
35 a votação com ressalvas. O material foi aprovado com 17 votos a favor, uma abstenção com declaração
36 de voto do Sr. Edvaldo Viana em razão da falta de análise da comissão de fundos e nenhum voto contra.
37 Em seguida passou-se a definição das comissões permanentes compostas da seguinte forma: a)
38 **Comissão de Cadastro:** Alexandra Alves José (sociedade civil), Maria Gabriela Pereira da Silva
39 (sociedade civil), Carolina Fontes (governo) e Josiane Almeida Salina da Silva (governo); b) **Comissão**



**Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente –
CMDCA – 10 de fevereiro de 2022**

40 **de Legislação:** Domingas Rodrigues Binotti (sociedade civil), Maria Gabriela Pereira da Silva (sociedade
41 civil), Alexandre Alberto Trannin (governo) e Cássia Munhoz Silva (governo); c) **Comissão de**
42 **Divulgação:** Andressa Caroline de Lucio (sociedade civil), Lucas Ribeiro dos Santos (sociedade civil),
43 Marcos Antonio de Moraes (governo) e Josiane Lima dos Santos (governo); d) **Comissão de Fundo:**
44 Claudio Marcio de Melo (sociedade civil), Patrícia Francielly de Oliveira (sociedade civil), Josiane Fadoni
45 Gatti (governo) e Luciana Viçoso de Oliveira (governo); e) **Comissão de Monitoramento e Avaliação:**
46 Edvaldo Viana (sociedade civil), Hiléli de Souza Resende (sociedade civil), Carolina Arfelli Bungart
47 (governo) e Valmirane Cristina Gonçalves de Pinho (governo); Representantes em outras comissões:
48 a) **Comissão interinstitucional para definição de protocolo de atendimento à criança e adolescente**
49 **em situação de rua:** Sara Elaine de Oliveira Alexius (governo) e Paulo Cesar de Oliveira (sociedade civil);
50 b) **Comitê Interinstitucional do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Josiane
51 Severino dos Santos Nogueira (governo) e Magali Batista de Almeida (sociedade civil); c) **Comissão de**
52 **Transição Territorialização do Conselho Tutelar:** Edvaldo Viana (sociedade civil) e vacância (governo)
53 e d) **Representação na Comissão Adolescente ameaçado de morte:** Alexandra Alves José (sociedade
54 civil), Andressa Caroline de Lucio (sociedade civil), Sara Elaine de Oliveira Alexius (governo) e Josiane
55 Severino dos Santos Nogueira (governo); e) **Representação no Comitê de gestão colegiada da rede de**
56 **cuidado e de proteção social das crianças e dos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência:**
57 Josiane Severino dos Santos Nogueira (governo) e Paulo Cesar de Oliveira (sociedade civil). Fechado o
58 tema comissões, a reunião seguiu com a próxima pauta onde a Secretária do Conselho da Criança
59 trouxe a Resolução pública 001/2022 para ser referendada em primeira reunião, seguindo o protocolo
60 estabelecido. O assunto foi aprovado com 18 votos favoráveis, nenhuma abstenção e nenhum voto
61 contrário. Passou-se aos informes do dia. A conselheira Josiane informou o status do processo de
62 adequação do Lar Anália Franco. Comentou que no passado eram 7 servidores em atendimento à
63 instituição e hoje conta com 10 servidores para este momento de transição de serviços. Reforçou para
64 o público que a instituição foi declarada inabilitada para o serviço em dezembro de 2021, juntamente
65 com o posicionamento judicial. Salientou, também, que o Plano de Intervenção está preparado para
66 oferecer o que for melhor para as crianças, adequando o tempo para que as novas equipes assumam
67 os trabalhos ainda com as crianças vivendo no Lar Anália Franco para que os vínculos sejam realizados
68 com os cuidados necessários. A Presidente Magali reforçou que o cuidado com que o processo está
69 sendo conduzido não requer intervenção do CMDCA. Rodrigo, “secretário executivo” do CMDCA, fez
70 leitura da resposta ao ofício direcionado à Secretária da Saúde referente a Psicóloga e Fonoaudióloga.
71 A presidente solicitou a todos que iniciassem os trabalhos das comissões para que na reunião seguinte
72 já tenham temáticas dos grupos. Não havendo mais nada a tratar, eu, Denise Morselli Fernandes
73 Caldeirão, na qualidade de Primeira Secretária da Diretoria, lavrei a presente ata, que deverá ser
74 apreciada e aprovada pelos presentes.